

A Guerra Colonial Contada às Crianças: Guilherme de Melo e as Irresolúveis Ambiguidades

Francisco Topa
Universidade do Porto
CITCEM

ABSTRACT

The colonial war, opposing the Portuguese government to the independence movements in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique, was not – as one might expect – a topic in children’s literature. There was nevertheless an exception: *Menino Candulo, senhor comandante...*, by Guilherme de Melo (Ressano Garcia, Mozambique, 01/20/1931 – Lisbon, 06/29/2013). Based on news published in the press in October of the previous year, the book (and its illustrations) reflects the dominant vision of the local white elite, contrasting Frelimo's terrorist malice with the goodness of the Portuguese army. The analysis of this book will be used as an opportunity to consider Guilherme de Melo’s odd case: a Mozambican poet and fiction writer until 1975, later converted into a reference in the Portuguese homoerotic narrative.

KEYWORDS: Mozambican literature; Portuguese literature; colonial war; Guilherme de Melo.

RESUMO

A guerra colonial, que opôs o governo português aos movimentos independentistas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, não foi – como aliás seria de esperar – tema da literatura infantil. Excetua-se, porém, o caso de *Menino Candulo, senhor comandante...*, da autoria de Guilherme de Melo (Ressano Garcia, Moçambique, 20/01/1931 – Lisboa, 29/06/2013). Baseado numa notícia saída na imprensa em outubro do ano anterior, o livro (e as ilustrações que o acompanham) reflete a visão dominante entre a elite local branca, contrapondo a maldade terrorista da Frelimo à bondade do exército português. A consideração desta obra servirá de pretexto para a reflexão sobre o estranho caso literário de Guilherme de Melo: um ficcionista e poeta moçambicano até 1975, mais tarde convertido numa referência da narrativa homoerótica portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura moçambicana; literatura Portuguesa; guerra colonial; Guilherme de Melo.

Apesar do amplo debate do tema e das muitas propostas teóricas que foram aparecendo nas últimas décadas, não há ainda consenso quanto aos critérios para a definição das literaturas nacionais africanas e para a inclusão ou exclusão de textos e de autores.

De um modo geral, os historiadores e ensaístas que procuram conceituar o fenómeno admitem a existência de um processo mais ou menos longo de formação de uma tradição literária nacional, considerada simultaneamente como expressão e fator da identidade nacional respetiva. Mais controversa que esse posicionamento é a sua aplicação prática, traduzida na inclusão de certos autores no cânone nacional e na exclusão de outros, sem que os fundamentos sejam explícitos e constantes. Por outro lado, há casos em que a decisão depende da orientação estético-ideológica de cada escritor e respetiva obra ou tem que ver com questões de ordem biográfica um tanto acidentais, o que se afigura demasiado frágil para servir de suporte a uma literatura nacional, que é sempre o produto de um tempo longo, com avanços e recuos, em que a comunidade dos leitores tem um papel decisivo.

O caso que agora apresentarei é de certa maneira único: trata-se de um escritor (e jornalista) que, em duas fases da sua vida, se inseriu em dois sistemas literários, sem que a passagem de um para o outro fosse devidamente assinalada e, mais ainda, com um apagamento quase total da primeira, tacitamente remetida para a silenciada literatura colonial portuguesa. Refiro-me a Guilherme de Melo nascido em Ressano Garcia, Moçambique, em 1931, ficcionista e poeta moçambicano (ou de Moçambique) até outubro de 1974, que viria a falecer em Lisboa, em 2013, depois de se tornar um romancista português e uma referência da literatura homoerótica.

Há, evidentemente, muitos casos de escritores que nasceram e se afirmaram nas antigas colónias portuguesas e que, na sequência da Revolução dos Cravos ou das independências, prosseguiram em Portugal as suas carreiras, de um modo geral mantendo a orientação que os caracterizava. Mas não creio que haja um caso

equivalente ao de Guilherme de Melo, que na então Lourenço Marques se afirmou como contista (publicou em 1960 *A menina Elisa e outros contos*, na “Colecção Textos Moçambicanos” da Associação dos Naturais de Moçambique, e, no ano seguinte, *A estranha aventura*); como poeta (quatro composições suas foram incluídas na antologia *Poetas de Moçambique*, editada pela Casa dos Estudantes do Império em 1962, e muitos outros textos seus foram saindo em revistas e jornais); e também como autor de peças para rádio, romancista e jornalista. O seu reconhecimento em vastos setores da sociedade moçambicana da época valeu-lhe diversos prémios locais, designadamente o António Enes, o Rui de Noronha e o Cidade de Lourenço Marques.

Embora todos esses aspetos da fase moçambicana de Guilherme de Melo mereçam atenção e reflexão, atentemos rapidamente em dois deles: o de romancista e o de jornalista (em particular o de cronista ou colunista).

Na primeira dessas condições, deu ao prelo em 1965, em Lisboa, o livro *As raízes do ódio*, saído por iniciativa de Urbano Tavares Rodrigues, a quem o autor dera a ler o manuscrito numa passagem do então jornalista lisboeta por Moçambique. A obra, que tinha sido escrita entre 1960 e 1962, antes portanto do começo da guerra de libertação em Moçambique, foi recebida na metrópole com relativa indiferença, mas suscitou alguma agitação naquele espaço africano, acabando por ser apreendida. Segundo explica Guilherme de Melo no seu romance autobiográfico *A sombra dos dias*, de 1981, a narrativa estaria pensada como parte de uma trilogia que deveria incluir dois outros volumes que acabaram por não ser publicados: *As sementes da violência* e *Os frutos do amor*.

Lido hoje, é possível que o livro de 1965 pareça um romance um tanto banal sobre a juventude urbana da média burguesia colonial numa fase de transição para a idade adulta.¹ Mas a verdade é que o livro, para além de antecipar o romancista que irá emergir em Lisboa a partir de 1981, coloca uma série de questões candentes, a começar pelo racismo, representado a partir da personagem principal,

o jovem negro João Tembe, proveniente do lado pobre de Lourenço Marques, a chamada cidade de caniço, e que terá sido inspirado na figura de José Craveirinha. Como o sugere o título, o que está em causa não é ainda a questão colonial nem a luta pela libertação, mas antes a discriminação multifacetada do racismo, que atinge em primeiro lugar o protagonista e a sua família. A denúncia do segregacionismo surge também em episódios como o do protesto de uma branca pelo facto de um negro se sentar ao seu lado no autocarro (numa alusão evidente – e corajosa – ao episódio protagonizado por Rosa Parks em Montgomery, Alabama, em 1955 e que estaria na base do boicote aos autocarros que se prolongaria por um ano). Em certos momentos, o romance abre espaço a um discurso de denúncia surpreendente para a época (embora literariamente pouco conseguido, justificando a observação de Fernando Venâncio (13) segundo a qual “Tembe não fala, discursa.”):

Que sabe das mães negras atiradas para a beira das cidades como cães que ficam toda uma existência à porta dos donos sem nunca lhes ser permitida a entrada, para que não sujem, com as patas, o lustro dos salões a que não têm direito? Que sabe das raparigas nascidas para saciarem os brancos para quem nada mais são do que banais prostitutas, até mesmo antes de o serem? Que sabe o senhor doutor de tudo isto? Que sabe das multidões arrebanhadas à pressa para acorrerem às cidadezinhas e às vilas, de bandeirinha colorida metida na mão para que a acenem enquanto lhes ensinam a gritar “vivas” idiotas, sem contudo lhes terem algum dia chegado sequer a ensinar português, ao senhor ministro ou ao senhor subsecretário de qualquer coisa, que nunca viram, não sabem quem é, ao que vem, e que voltará depois a Lisboa para proferir, aos microfones das emissoras, discursos ridículos sobre o patriotismo das populações nativas? (Melo **As raízes**: 209)

Paralelamente há também a denúncia da censura e da repressão política, do papel da Mocidade Portuguesa na atrofia intelectual dos mais jovens, da perseguição dos professores menos conformados. Apesar disso, há uma nota de esperança, traduzida na partida para Lisboa do protagonista com uma bolsa de estudos do governo local. E há uma nota humanitária – mas equivocada, como a evolução histórica viria a confirmar – do professor rebelde:

Qualquer coisa de novo está acontecendo à tua volta. Qualquer coisa nascida do sangue, da luta, da violência, da morte e da destruição, mas qualquer coisa de sublime: o reconhecimento do Homem negro como Homem. E é preciso que te não convenças, nem tu nem todos os outros como tu, que o triunfo só poderá ser atingido unicamente pela morte, pela destruição, pelo sangue e pela luta. Agora, que se reconheceram os erros e se começam a reparar os estragos das injustiças de séculos, oh! João! João! não deixes que o ódio cresça em ti e te domine. Eu sei... eu sei que as raízes estão aí, no teu coração. No teu coração e no de todos os teus irmãos de cor, eu sei, João Tembe... E sei também que não foram vocês que as fizeram brotar por si mesmas. Fomos nós, entendes? nós todos, nós, os brancos, os civilizados, os evoluídos, os senhores e donos, nós é que lá as enterrámos. Nós, fomos nós que plantámos no teu coração e no de todos os outros como tu as raízes do ódio. (Melo **As raízes**: 237-8)

Por esta e outras razões, não seria este ainda o passo decisivo para a afirmação da ficção moçambicana. Mas não esqueçamos que esta dava ainda os primeiros passos: *Godido e outros contos*, de João Dias, fora publicado em 1952 e *Nós matámos o cão tinhoso!*, de Luís Bernardo Honwana, tinha saído em 1964. Não se percebe portanto a espécie de sequestro que acabou por impender sobre a obra e o autor.

Vejamos agora uma outra faceta de Guilherme de Melo: a de jornalista e de colunista, particularmente no que diz respeito à questão que justifica este estudo – a guerra colonial. Na sua condição de jornalista do *Notícias* de Lourenço Marques, o nosso autor fez diversas reportagens sobre a guerra, designadamente em 1967 e 1968, daí resultando um livro publicado no ano seguinte: *Moçambique, Norte – guerra e paz: reportagem*, que seria depois galardoado com o Prémio Pêro Vaz de Caminha no concurso de Literatura Ultramarina (categoria de reportagem). A dedicatória do volume sugere de imediato a sua orientação:

*A todos quantos – em terra, nas águas, no ar – são a Muralha Viva desta terra portuguesa que se chama Moçambique.
E em memória de todos quantos lhe deram já a Vida para que portuguesa continue a ser.* (Melo **Moçambique**: [7])

E de facto o volume reflete apenas a posição das autoridades e das forças armadas, afirmando-se mais como texto de propaganda do que como reportagem de guerra. Para começar, a causa do conflito é atribuída a influências estrangeiras e os líderes dos movimentos são sumariamente desqualificados: “Simplesmente, Portugal nada tinha a pactuar, e muito menos com traidores, bandoleiros, indivíduos sem eira nem beira a soldo do estrangeiro, renegados cegos pela ambição, a ânsia do mando, a febre de destruir.” (Melo **Moçambique**: 10).

Situando o início da guerra em 24/08/1964, com o assassinato de um missionário no planalto dos Macondes² – e não a 25 de setembro, com o ataque da Frelimo ao posto administrativo de Chai –, escreve mais à frente Guilherme de Melo:

Dois anos e meios certos sobre essa data, deixo a capital da Província, a cumprir talvez a missão mais alta que até então recebera nos meus quinze anos de jornalismo profissional: pela primeira vez desde que eclodiu, falar aberta e claramente à população do *como* e *porquê*, das consequências e da verdade dessa subversão tocada do exterior que galgou as fronteiras da terra portuguesa de Moçambique, sacudiu povoações, lançou em disparada gentes indefesas, transformou em archotes palhotas, machambas, cercados de gado. As azagaias com que, simbolicamente, o primeiro golpe foi vibrado, foram substituídas por metralhadoras e bazucas, morteiros e espingardas, vindas da China distante, das fábricas russas e checoslovacas. Explodiram minas pelos trilhos e picadas, armaram-se emboscadas, lançou-se a morte, a destruição, o terror. (Melo **Moçambique**: 12)

Na mesma linha está a apreciação de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo que viria a ser assassinado nesse ano de 1969:

Assim falou o homem que, hoje, à frente do Movimento com que propõe expulsar da terra portuguesa – onde nasceu e onde pôde sempre viver em absoluta igualdade com os demais portugueses, fosse qual fosse a cor da sua pele – justamente tudo o que signifique Portugal, não hesita em tingir de sangue os caminhos desta terra onde a fraternidade imperava. Porquê? Foi porventura ele alguma vez escravizado, perseguido, espezinhado, enquanto aqui viveu? Sentiu ele, por acaso, alguma vez, na carne e na alma, o ferrete do racismo branco, enquanto aqui permaneceu? Decerto que não (...) (Melo **Moçambique**: 17)

Além disso, ao longo dos anos e até à Revolução dos Cravos, Guilherme de Melo foi usando a sua coluna semanal na primeira página do *Notícias laurentino* para apelar à união da população em torno do exército português que combatia a Frelimo. Vejamos alguns exemplos esclarecedores.

Há textos em que Guilherme de Melo enaltece o papel da polícia na guerra colonial (“A propósito do recente novo estatuto da PSP”) ou a formação de corpos militares moçambicanos (“Um argumento por terra”), ao mesmo tempo que critica duramente os supostos inimigos do regime, como a igreja católica. Veja-se o texto “Os vendilhões do templo” (de 13/01/1974), a propósito da iniciativa de muitas igrejas do Porto contra a guerra colonial, aproveitando a celebração do Dia Mundial da Paz, assinalado no primeiro dia do ano:

Com que direito, então, podem estes dezassete homens encarrapitar-se nos seus púlpitos e gritarem a plenos pulmões tudo isso que nas colunas de um jornal ou numa esquina de rua seria, e com inteira justiça, alvo da enérgica e imediata intervenção das autoridades a quem cabe pôr prontamente cobro ao chamado incitamento à subversão? (...)

Por isso é tempo, mais do que tempo, de, quem de direito, pôr cobro – e de maneira radical e drástica – a estes autênticos abusos de confiança, a estas autênticas traições. Já houve indulgência demais. Já se condescendeu para além dos próprios limites.

Note-se igualmente o veemente desmentido e a crítica à imprensa internacional a propósito daquilo que ficaria conhecido como o massacre de Wiriamu³ (“Apesar de tudo, uma lição”):

Sem se ter feito, jamais, fosse o que fosse que possa enquadrar-se na acusação miserável que neste momento nos está sendo feita; sem jamais se ter massacrado um só grupo que fosse de pessoas com que por acaso a tropa tope em zona de terrorismo, quanto mais uma povoação em massa; arrostando com toda a espécie de subtis risinhos e de malévola crítica, mas aceitando sempre, de braços abertos, até mesmo os que de armas nas mãos contra nós combatem e até nós vêm para se entregar – inventa-se tudo aquilo e consegue-se, por assim dizer, desencadear contra nós todo esse temporal que por esses ares fora está soprando.

Atente-se ainda, e para terminar, no apelo quase desesperado ao envolvimento da população civil, feito dois meses antes da Revolução dos Cravos. Sublinhando a intervenção na Assembleia Nacional de Jorge Morais Barbosa, deputado por Moçambique e professor nos Estudos Gerais da então província, escreve Guilherme de Melo:

É tempo de, nas escolas e estabelecimentos de ensino secundário, se criarem cursos práticos de autodefesa, de primeiros socorros; de nas fábricas, oficinas, centros técnicos, se cuidar da aprendizagem no manejo de armas e se ministrarem cursos de defesa e vigilância; de em herdades, plantações, machambas, cantinas, fiquem elas em que zonas ficarem, se instalarem sistemas de alarme, postos de rádio, compartimentos-abrigos – tudo isto e tanta coisa mais que vise à defesa civil e à criação de condições mínimas para que famílias e pequenos núcleos populacionais, serviços, aldeamentos, trabalhadores, se sintam salvaguardados e possam fazer seu dia a dia serenamente. (Melo “O toque”: 1)

Embora possa parecer longa, esta síntese sobre o pensamento político de Melo tem por único objetivo a contextualização do seu livro para crianças *Menino Candulo, senhor comandante...*, lançado duas semanas antes do 25 de Abril e tendo por tema justamente a guerra colonial. De forma alguma pretendo promover o julgamento do autor, que aliás foi revendo a sua postura, começando logo a 04/08/1974, num texto intitulado “O definir de posições”, agora remetido para a p. 3 do mesmo jornal:

Claro que não precisam de mo dizer, até porque tenho e sempre tive, graças a Deus, a lucidez necessária ao meu próprio julgamento e auto-crítica: sim senhor, é verdade que deixei que de mim se servissem despudoradamente em certas alturas, jogando com o meu nome e a minha aceitação junto do grande público. Serviram-se de mim; não me servi, jamais, de quem de mim se serviu. (...) Mas, na altura, o que escrevi escrevi-o sempre com sinceridade e convicção, aceitando como válidos e certos os elementos, os dados e argumentos que, a níveis que naturalmente me mereciam crédito, me eram fornecidos. Tenho disso a plena consciência, como consciência tenho de haver sido, ao longo dos últimos dez anos, o jornalista que mais fortemente contribuiu para formar no grande público uma ideia da Frelimo que, a avaliar pelo que agora está vindo a lume, nada tem a ver com a Frelimo de hoje, graças à evolução dos acontecimentos ao longo desses mesmos anos e ao amadurecimento do próprio Movimento em si, que dele faz, actualmente, uma estrutura séria, politicamente firmada e que nada tem a ver com a guerrilha inicial.

Em conhecida crónica enviada de Londres em 1881, lamentava Eça de Queiroz que, ao contrário do que observava em Inglaterra, não houvesse em Portugal uma literatura para a infância:

Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças. Creio que se lhes dá Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões quando os infelizes mostram inclinação pela leitura.

Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. Em geral, nós outros, os Portugueses, só começamos a ser idiotas – quando chegamos à idade da razão. (Queiroz: 193).

Quase um século depois, na espécie de prefácio que antecede *Menino Candulo*, Guilherme de Melo atribui às suas sobrinhas-netas idêntico comentário: “Mas porque é que na nossa terra não acontecem histórias para a gente, tio?...” (Melo *Menino Candulo*: [3]). A queixa era pertinente: tirando alguns contos protagonizados por crianças, não houve de facto uma literatura infantil nas antigas colónias portuguesas em África. Quando muito, é possível apontar alguns casos – mesmo assim pouco numerosos – de uma literatura infantil de temática colonial,⁴ com exemplos que começam na década de 1920, como *Mariazinha em África*, de Fernanda de Castro (1925), *O pretinho de Angola*, de César de Frias (1930) ou *Joanito africanista*, de Emília de Sousa Costa (1932). Incidindo sobre espaço moçambicano e aproveitando o exotismo fornecido pela Gorongosa, podemos apontar casos mais tardios, como *Fim de semana na Gorongosa*, da já referida Fernanda de Castro (1969) ou *Aconteceu na Gorongosa*, de Margarida Castel-Branco (1970). Este é aliás um tema que só nos últimos anos começou a merecer alguma atenção, provinda sobretudo da área da história da educação. É o caso de Luís Vidigal, que num trabalho de 1996 chamou a atenção para a importância dos manuais escolares e da literatura para crianças na difusão do ideário nacionalista e colonialista ao longo da primeira fase do Estado Novo.

É bem sabido como a literatura infantil (ou infanto-juvenil) aceita demasiadas vezes uma função utilitária que a aproxima da pedagogia e a afasta da literatura, usando uma estrutura narrativa e uma linguagem fortemente marcadas do ponto de vista ideológico. É justamente esse o caso de *Menino Candulo*, em que a explícita posição de Guilherme de Melo a favor das tropas portuguesas e contra a Frelimo se soma à influência que o ambiente da época já exerceria sobre os prováveis leitores. Como escreveu Peter Hollindale, “Above all, it emerges from this argument that ideology is not something which is transferred to children as if they were empty receptacles. It is something which they already possess, having drawn it from a mass of experiences far more powerful than literature.” (35) Em todas as épocas, e particularmente em momentos de conflito como o que se vivia em Moçambique, os livros podem ser “weapons in the war of ideas”, como mostrou, a propósito de um cenário diferente, Julia L. Mickenberg (111).

Esta ligação entre o texto infantil e o contexto de guerra é particularmente visível no caso em questão. Como Melo esclarece no texto introdutório, a história baseia-se numa notícia de jornal, que consegui localizar nas páginas do diário em que o autor trabalhava: cerca de meio ano antes, a 1 de outubro de 1973, na primeira página do *Notícias de Lourenço Marques*, vinha a seguinte notícia:

Apresentaram-se às nossas autoridades cinco crianças da região do aldeamento de Luissa (a cerca de 20 quilómetros de Vila Cabral), que foram raptadas em Maio último pela Frelimo juntamente com um grupo de homens e mulheres.

Candulo Bonomar, de onze anos, Anete Anjida e Lua Uinasi, de nove, Adaima Aíde, de seis, e Abibe Bara, foram levados para a Tanzânia onde, na margem do Rio Rovuma, o grupo raptor procedeu à separação entre adultos e crianças.

Estas, formaram um grupo no qual iam integradas as cinco agora apresentadas, e que foi levado para a chamada “escola do Macheje”, lugar também situado nas margens do Rovuma, onde a Frelimo reúne as crianças raptadas.

Foi aí que o Candulo, demonstrando inegáveis e até precoces qualidades de decisão e chefia, passado algum tempo planeou a fuga e expôs o plano às suas quatro amigas e conterrâneas.

Segundo ele próprio esclarece, não podia aguentar por mais tempo as saudades dos pais, que haviam ficado na Luissa; a fome que passavam – as crianças eram obrigadas a ir semanalmente a Mitomoni buscar a sua própria comida, um farelo de

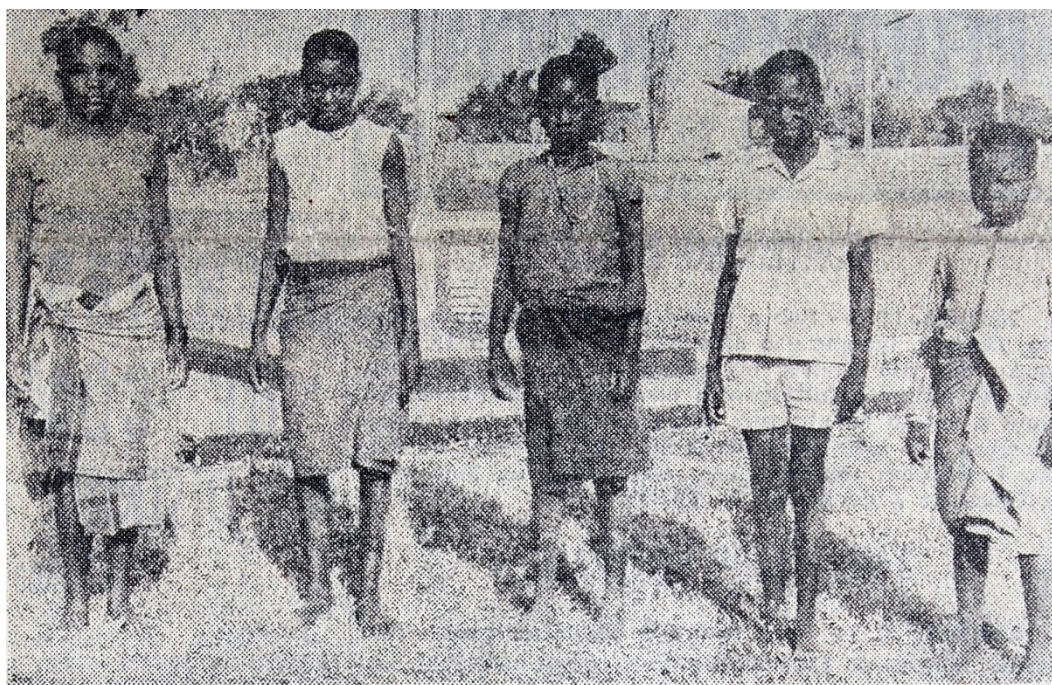
cereais, que lhes era distribuída uma só vez por dia; e o frio que eram obrigados a suportar dormindo ao relento apenas com uma manta a cobri-los.

Resolveu, portanto, fugir. Assim, um dia, os cinco amigos pediram aos chefes da “escola do Macheje” para ir lavar a roupa ao rio, e não voltaram.

Foi este simples plano que serviu ao Candulo para se evadirem, caminhando sós pelo mato durante quatro dias – afoitos a todos os perigos – até que encontraram uma patrulha das nossas tropas que levou as cinco crianças para Pauíla, donde seguiram para Macaloge.

Finalmente, foram transportadas para Vila Cabral e Luissa, onde se encontram.

A notícia vinha acompanhada de uma foto das crianças, alinhadas do mais alto para o mais baixo:



Idêntico relato, no mesmo dia e também na primeira página, aparece no *Jornal de Notícias do Porto*, usando como fonte a ANI (Agência Nacional de Informação). É provável que outros grandes jornais tenham feito o mesmo. Aliás, pelo que pude verificar consultando os periódicos da época, este tipo de notícia era relativamente frequente, estando por certo ao serviço de uma guerra de propaganda contra a Frelimo promovida pelas autoridades portuguesas. Veja-se, a título meramente ilustrativo, este caso veiculado pelo *Notícias de Lourenço Marques*, a 01/03/1973:

Regressa a casa um garoto de dez anos vítima da Frelimo

NAMPULA, 28 – Dez anos de idade aparente, dois olhos muito vivos ainda não refeitos de um grande espanto, cicatrizes que parecem demais para um corpo tão pequeno: o João Massalmanhe passou nesta cidade, de regresso a casa, em Nangade, procedente de Lourenço Marques.

Há seis meses, a caminho da escola, na vila de Nangade, vindo da “machamba” que cultivam os seus pais Ancume e Fátima, o João deu dois ou três passos para fora da picada, à passagem de um carro, e tropeçou numa armadilha que ao rebentar lhe esfacelou todo o corpo. Embora a gravidade dos ferimentos não permitisse grandes esperanças de que sobrevivesse, foi evacuado num “DO-27” da Força Aérea para o Hospital de Nampula. Daqui seguiu mais tarde para Lourenço Marques. Anteontem chegou outra vez a Nampula, findo o tratamento dos seus graves ferimentos. Hoje, embarcou noutra avião militar, rumo a casa.

Na hora da partida, embora confesse que tem medo de andar de avião, o João Massalmanhe está contente. Vai rever os pais e os dois irmãos e voltará à escola e ao convívio dos outros rapazes que lá aprendem as primeiras letras (o João anda na 1.^a classe). Vai contar-lhes as grandes casas e os carros que tanto o impressionaram em Lourenço Marques...

Apesar da sua pouca idade, o João sabe – é um conhecimento adquirido por um preço bem alto – que “a Frelimo mata muita gente, muitas pessoas que vão na machamba”. Gente como o pai, que ele “ajuda a tirar mandioca”, e que depois “vai no peixe”, no lago de Nangade, próximo da vila nova que a “Operação Fronteira” está a pôr de pé.

Felizmente não aprendeu só isso. Já viu soldados fazerem surgir do chão casas, oficinas, a sua escola. Já viu os novos campos abertos no mato pelas máquinas. Aprendeu que “os tractores servem para fazer machambas” e sabe o que quer fazer quando for grande: “Gostava de trabalhar com tractores”.

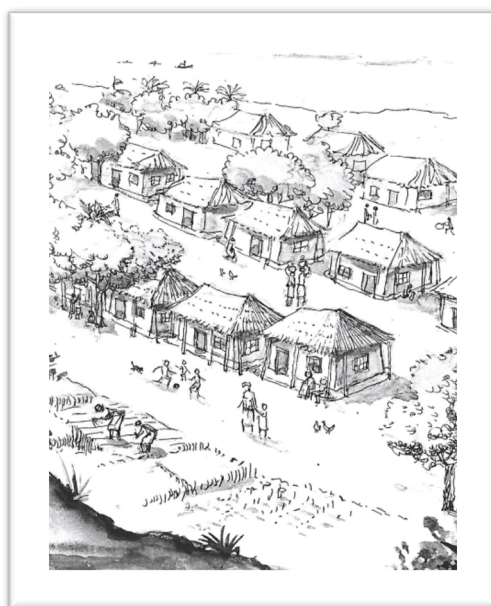
Como se percebe com facilidade, a notícia é pouco isenta: de um lado, a Frelimo que vitimou um rapaz inocente e “mata muita gente” (embora não se explique de que natureza era a armadilha nem como se chegou à conclusão de que ela fora colocada pela Frelimo); do outro, a eficácia das Forças Armadas portuguesas, que transferem o ferido para Nampula e para Lourenço Marques, levando-o depois a casa, ao mesmo tempo – que fazem “surgir do chão casas, oficinas, a sua escola”. O texto não explica também em que consistia a “Operação Fronteira”, promovida pelo comando militar português, sob a direcção do general Kaúlza de Arriaga: tratava-se da construção em Nangade, na fronteira com a Tanzânia, de uma vila modelo, numa tentativa de reforço da faixa fronteiriça através de uma zona tampão

que pudesse impedir a entrada da Frelimo. O projeto viria a falhar, como era já notório à época da notícia.

O registo do acontecimento em causa não só revela o posicionamento político do jornal mas traduz também a superioridade condescendente da sociedade colonial face a um rapaz negro (veja-se a expressão “o João”, em vez de “João”, as frases entre aspas para mostrar o domínio imperfeito do português, a informação de que, apesar de ter dez anos, João frequenta o 1.^a ano da escola primária).

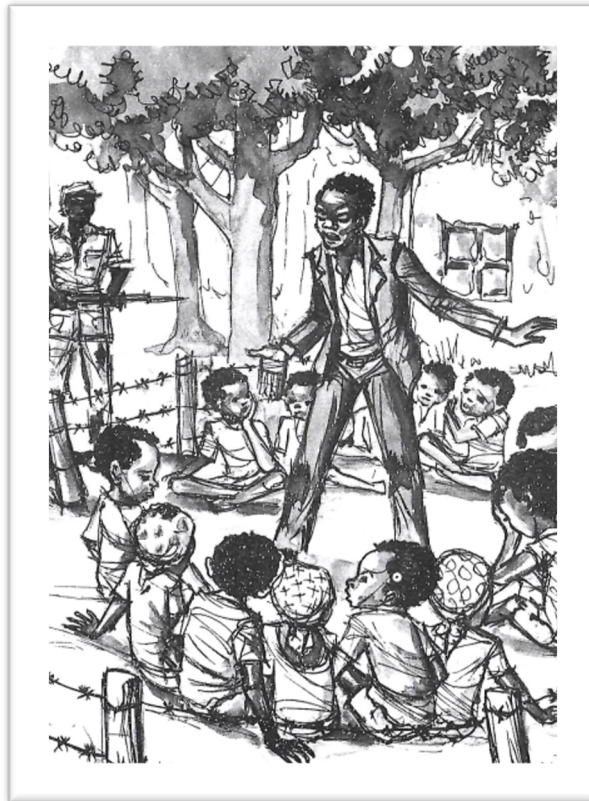
Feito mais este enquadramento, voltemos então ao texto de Guilherme de Melo, que segue muito de perto a notícia em que se baseou. Usando um narrador de 3.^a pessoa, opta por um modelo maniqueísta, patente nos cenários, nas personagens, nos valores e nas ilustrações.

O espaço de onde Candulo, o herói, tinha sido levado era pouco menos que idílico: tratava-se de um “aldeamento grande e belo, de arruamentos e casas confortáveis e aconchegadas onde, dantes, vivia feliz junto dos pais, dos irmãos, dos tios.” (Melo *Menino Candulo*: 6) A ilustração de Araújo Soares (pintor natural de Viana do Castelo, onde faleceu em 2007) apresenta a mesma orientação:



Melo *Menino Candulo*: 11

O lado contrário é sistematicamente designado como “os bandidos”, “os terroristas”, “bandos armados” ou simplesmente “o inimigo”, sendo a sua ação comparada à de um “abutre voraz que se despenha sobre a presa” (10). A escola que as crianças são obrigadas a frequentar é de tipo doutrinário, ensinando o professor que “os portugueses brancos estavam em Moçambique para impedir os moçambicanos negros de serem livres, de estudarem, aprenderem, subirem na vida.” (25). Uma vez mais, a ilustração de Araújo Soares é bem expressiva, mostrando um espaço de aula à sombra de árvores, mas num recinto cercado por arame farpado, com um soldado armado à vista e um professor de rosto crispado:



Melo *Menino Candulo*: 25

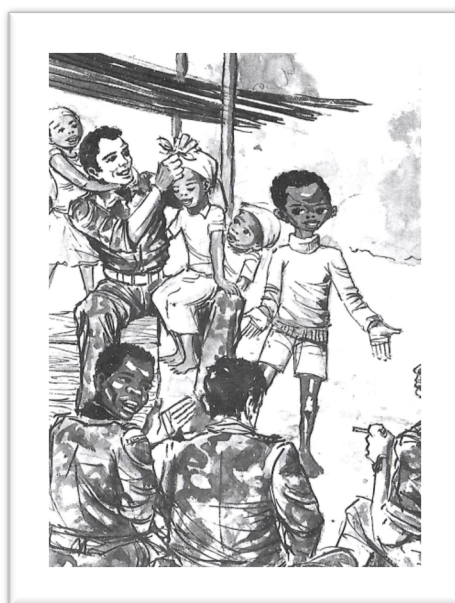
A representação de Candulo – o único rapaz entre quatro meninas – como líder e herói parece muitas vezes forçada, sobretudo quando o autor faz dele porta-voz da doutrina oficial do colonialismo português:

Porque Candulo Bonomar tinha onze anos feitos, era inteligente e vivo e sabia distinguir o bem do mal, o amor do ódio. E sabia que na sua terra brancos, negros, mistos, amarelos viviam lado a lado sem se preocuparem com isso, que as escolas e os liceus e as oficinas de aprendizagem estavam cheios de rapazes e raparigas de todas as cores recebendo a mesmíssima instrução, que nos hospitais e postos de assistência todos os doentes eram tratados de igual modo e que, ao tornar-se homem, se houvesse sempre estudado com vontade e dedicação, teria à sua espera um lugar na vida, com o seu ordenado devido, um ordenado que lhe permitiria ter a sua casa, a sua família, o seu automóvel, como todo e qualquer português independentemente da sua cor. (26)

Como se percebe, a linguagem – não tanto pelo vocabulário, mas sobretudo pela sintaxe, pela frase longa e pela pobreza denotativa – está longe da melhor literatura infantil. O final feliz, nos braços das tropas portuguesas, também não parece particularmente convincente:

Agora, sob a protecção amiga e forte dos soldados da sua terra, já nada os aterrava. Nem a selva que haviam ao longo de dias a fio atravessado. Nem as feras que os haviam rondado. Nem os bandidos que, do lado de cá do rio, a coberto do estrangeiro, guardavam pelas armas os homens e as mulheres e as crianças, como eles, de suas casas e suas terras arrastados. (43)

No mesmo sentido vai a ilustração, na qual as crianças já surgem vestidas à maneira europeia, cuidadas por um grupo multirracial de sorridentes soldados:



Melo *Menino Candulo*: 44

Apesar deste esforço, o autor não consegue evitar a cedência a um racismo mais ou menos inconsciente que se pode entrever em passagens como esta: “Por entre brenhas, por sobre valados, descendo a covis, fugindo a micaias, correndo das feras, tropeçando, caindo, voltando a erguer-se, os cinco negrinhos, as cinco crianças assim caminharam, assim avançaram, constantes e firmes.” (39) Pode ser erro de sobreinterpretação da minha parte, mas creio que a expressão “cinco negrinhos” – de resto desnecessária – evoca a conhecida *nursery rhyme*⁵ que Agatha Christie usou como título de uma das suas novelas, *Ten little niggers* (equivalente ao *trango-mango* português,⁶ que não apresenta porém nenhuma nota racial).

Por ironia da história, o sucesso do lançamento da obra (visível na foto abaixo), a poucos dias da Revolução de Abril de 1974, foi efémero.



Foto da sessão de autógrafos numa livraria de Lourenço Marques Anónimo (“Sessão de autógrafos”)

Não obstante, o tempo acabaria por fazer emergir outro autor, com o mesmo nome mas uma personalidade diferente, deixando para trás, rasurado pelo silêncio, um passado de mais de quatro décadas. Neste como em tantos outros casos, esse passado nem sempre será motivo de orgulho e nem sempre será passível de

recuperação por parte das literaturas nacionais africanas que foram emergindo. Mesmo assim, importa revê-lo: não para julgar, mas para compreender(-nos). Até porque, como o sugere Guilherme de Melo no poema “Identidade”, esta é sempre produto de uma dinâmica complexa:

Mas nem a casa imensa
à beira do tal rio com nome estranho,
nem o som cavo dos batuques na distância,
fizeram de mim um africano
tal como nem o bacalhau e as filhós
e nem o algodão a fingir de neve
nas quentes, longas noites de Natal,
conseguiram transformar-me em Europeu.

Entre o Limpopo que banhou a minha infância
e o Tejo onde agora vaga o meu olhar,
fica a terra-de-ninguém – o meu exílio –
onde me pergunto, quem, afinal, sou eu. (Melo **A raiz**: 21)

¹ Ver o estudo mais demorado de Tobias Brandenberger (2015), que situa o romance na literatura colonial.

² Na verdade, essa ação foi da responsabilidade da MANU (Mozambique African National Union), que assim se quis antecipar à Frelimo, movimento que se viu assim forçado a iniciar as hostilidades no mês seguinte.

³ Massacre que, a 16 de dezembro de 1972, terá vitimado cerca de 400 habitantes desta localidade do Tete, região central de Moçambique, por ação deliberada da 6.ª Companhia de Comandos de Moçambique. O caso seria denunciado por missionários, obtendo uma grande repercussão internacional a partir de uma notícia publicada pelo jornal londrino *The Times*, a 10 de julho de 1973, às vésperas de um visita de estado de Marcelo Caetano ao Reino Unido.

⁴ Sobre o tema, cf. Blockeel, 2001, *maxime* p. 353-356.

⁵ Ten little nigger boys went out to dine;/ One choked his little self, and then there were nine.// Nine little nigger boys sat up very late;/ One overslept himself, and then there were eight.// Eight little nigger boys traveling in Devon;/ One said he'd stay there, and then there were seven.// Seven little nigger boys chopping up sticks;/ One chopped himself in half, and then there were six.// Six little nigger boys playing with a hive;/ A bumble-bee stung one, and then there were five.// Five little nigger boys going in for law;/ One got in chancery, and then there were four.// Four little nigger boys going out to sea;/ A red herring swallowed one, and then there were three.// Three little nigger boys walking in the zoo;/ A big bear hugged one, and then there were two.// Two little nigger boys sitting in the sun;/ One got frizzled up, and then there was one.// One little nigger boy left all alone;/ He went out and hanged himself and then there were None. Fonte: < <http://onyourmarks.free.fr/tenlittleniggers.html>>.

⁶ De vinte e quatro freiras que tinha/ Mandei-as fazer doce:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão doze.// Dessas doze que ficaram/ Mandei-as vestir de bronze:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão onze.// Dessas onze que

ficaram/ Mandei-as lavar os pés:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão dez.// Dessas dez que ficaram/ Mandei-as para o dezanove:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão nove.// Dessas nove que ficaram/ Mandei-as comer um biscoito:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão oito.// Dessas oito que ficaram/ Mandei-as para o dezassete:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão sete.// Dessas sete que me ficaram/ Mandei-as cantar os Reis:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão seis.// Dessas seis que me ficaram/ Mandei-as para o João Pinto:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão cinco.// Dessas cinco que ficaram/ Mandei-as cortar tabaco:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão quatro.// Dessas quatro que ficaram/ Mandei-as lá outra vez:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão três.// Dessas três que ficaram/ Mandei-as calçar as luvas:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão duas.// Dessas duas que ficaram/ Mandei-as comer piria:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão ía.// As vinte e quatro freiras que tinha/ fi-las andar numa poeira./ Elas morreram-me todas/ Com uma grande borracheira." (Vasconcelos, 1975: I, 68-9).

OBRAS CITADAS

- Aa.Vv.. *Poetas moçambicanos*. Selec. de Luís Polanah; Pref. por Alfredo Margarido. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1962.
- "Apresentaram-se às nossas autoridades". *Notícias* 1 out. 1973: 1.
- Blockell, Francesca. *Literatura juvenil portuguesa contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- Brandenberger, Tobias. "Olhar Moçambique: A sombra dos dias de Guilherme de Melo". *Limite: revista de Estudos Portugueses e de la Lusofonía* (2014): 185-206.
- Brandenberger, Tobias. "Raízes do ódio de Guilherme de Melo: uma 'nova África'?" *Identidades em movimento. A construção nacional na África da língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal*. Ed. Enrique Rodrigues-Moura e Doris Wieser. Frankfurt am Main: Teo Ferrer e Mesquita, 2015: 225-237.
- Castel-Branco, Margarida. *Aconteceu na Gorongosa*. Capa de José Antunes; ilustrações da autora. Lisboa: Editorial Verbo, s/d [1970].
- Castro, Fernanda de. *Fim de semana na Gorongosa*. Capa e ilustrações por Inês Guerreiro. Lisboa: [s.n.], 1969.
- Costa, Emília de Sousa. *Joanito africanista*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1932.
- "Da Tanzânia para Moçambique: Cinco crianças fugiram à Frelimo". *Jornal de Notícias* 1 Out. 1973: 1.
- Dhada, Mustafah. *O massacre português de Wiriamu*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- Frias, César de. *O pretinho de Angola*. Ilustrado por Ilberino dos Santos. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1930.

- Garcia, Francisco Proença. *Análise global de uma guerra: Moçambique: 1964-1974*. Prefácio de Adriano Moreira. Posfácio de Fernando Amaro Monteiro. Lisboa: Prefácio, 2003.
- Gusmão, Dina. *Guilherme de Melo: um homem sem pressa*. Alpiarça: Garrido Editores, 2002.
- Hollindale, Peter. "Ideology and the Children's Book". *Literature for Children: Contemporary Criticism*. Ed. Peter Hunt. London and New York: Routledge, 1992.
- Melo, Guilherme de. *A menina Elisa e outros contos*. Lourenço Marques: Associação dos Naturais de Moçambique, 1960.
- . *A estranha aventura*. Beira: "Notícias da Beira", 1961.
- . *As raízes do ódio*. Lisboa: Arcádia, 1965.
- . *Moçambique, Norte – guerra e paz: reportagem*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1969.
- , "A volúpia do derrotismo". *Notícias* 5 novembro 1972: 1.
- , "A propósito do recente novo estatuto da PSP". *Notícias* 21 janeiro 1973: 1.
- , "Um argumento por terra". *Notícias* 22 abril 1973: 1.
- , "Apesar de tudo, uma lição". *Notícias* 15 julho 1973: 1
- , "Os vendilhões do templo". *Notícias* 13 janeiro 1974: 1.
- , "O toque do despertador". *Notícias* 10 fevereiro 1974: 1.
- . *Menino Candulo, senhor comandante...* Lourenço Marques: Empresa Moderna, s/d [1974].
- , "O definir de posições". *Notícias* 4 agosto 1974: 3.
- . *A sombra dos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981.
- . *A raiz da pele*. Atalaia, Montijo: HF – Humanity Friends Books, 2011.
- Mickenberg, Julia L. *Learning from the Left: Children's Literature, The Cold War, and Radical Politics in the United States*. New York: Oxford University Press, 2006.
- Queiroz, Eça de. "A literatura de Natal para crianças". *Crónicas de Londres / Cartas de Inglaterra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981.
- "Sessão de autógrafos a repetir amanhã leva a recorde de vendas «Menino Candulo, senhor Comandante»". *Notícias* 12 abr. 1974: 3.
- "Regressa a casa um garoto de dez anos vítima da Frelimo". *Notícias* 1 mar. 1973: 4.
- Valentim, J. V. "Armários devassados: homoerotismo e resistência na ficção de Guilherme de Melo". *Terra Roxa e Outras Terras* 18 (2010): 78-88.
- Valentim, J. V. "Entrevista com Guilherme de Melo". *Via Atlântica* 24 (2013): 283-294.
- Vasconcelos, José Leite de. *Cancioneiro popular português*. I. Coord. e int. de Maria Arminda Zaluar Nunes. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1975.

Venâncio, Fernando. "Infame, ou talvez nem isso". *Jornal de Letras, Artes e Ideias* 24 dezembro 1991: 13.

Vidigal, Luís. "Entre o exótico e o colonizado: imagens do outro em manuais escolares e livros para crianças no Portugal Imperial (1890-1945)". *Para uma história da educação colonial / Hacia una historia de la educación colonial*. Ed. António Nóvoa et al. Porto e Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Educa, 1996.